

Maciel/Imagem



O aumento dos investimentos em energia limpa é destacado pelos participantes da audiência, presidida por Delcídio (C)

Subcomissão analisa marco regulatório para petróleo, gás e biocombustíveis

Os investimentos em energia limpa e renovável devem crescer bastante nos próximos anos, segundo previsão dos participantes de audiência pública realizada ontem pela Subcomissão dos Marcos Regulatórios, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos. Compareceram repre-

sentantes de empresas e entidades de classe.

O presidente da subcomissão, Delcídio Amaral, afirmou que o objetivo dos encontros é sugerir aperfeiçoamento nos marcos regulatórios, a fim de eliminar “incertezas jurídicas” que afugentam investidores. **Página 7**

Renan discute hoje com os líderes a pauta de votações

Exame das medidas provisórias do PAC e funcionamento de comissões parlamentares de inquérito devem dominar agenda do dia

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reúne-se hoje, às 11h, com os líderes partidários. Eles vão definir prioridades numa pauta extensa: três medidas provisórias e 11 projetos de conversão – sete deles relacionados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A reunião coincide com o fim do prazo que os líderes partidários têm para indicar os integrantes da CPI do Apagão Aéreo, cujo funcionamento deve ser também discutido, assim como o da comissão que investigará a atuação de organizações não-governamentais. **Página 3**

Limite à publicidade de bebidas alcoólicas

A intenção da Anvisa de limitar a publicidade de bebidas alcoólicas de baixo teor recebeu ontem o apoio do senador Tião Viana. Ele também concordou com a total proibição da venda de bebidas alcoólicas em estabelecimentos próximos a rodovias, como sugeriu o ministro da Justiça, Tarso Genro. **Página 2**

Cárlos/Agência



Patricia Saboya divulgará o dossiê em entrevista coletiva

Frente apresenta hoje dossiê sobre exploração sexual

A criação de varas de Justiça e delegacias de polícia especializadas em crimes contra menores deve ser proposta em dossiê de frente parlamentar. **Página 4**

Rocessal/Imagem

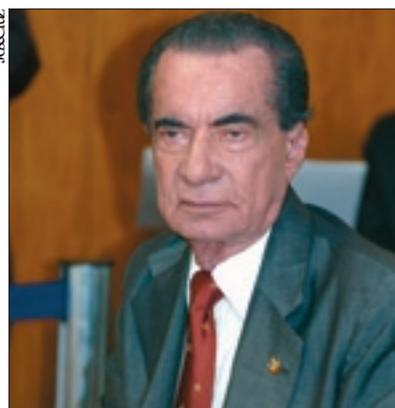


“Ricos e pobres devem ter a mesma escola”, prega Cristovam Buarque

Cristovam cobra prioridade à educação na LDO

Para dar um salto na educação, o Brasil precisa de R\$ 7 bilhões ao ano, segundo Cristovam Buarque. Ele propôs incluir na LDO a prioridade à educação. **Página 8**

João/Imagem



João Durval reivindica a garantia do direito da família ao planejamento

João Durval quer planejamento familiar em debate

Segundo João Durval, as mortes decorrentes de abortos clandestinos são motivo para apressar um amplo debate sobre o planejamento familiar no Brasil. **Página 5**

“Queremos saber tudo”, afirma ACM sobre a CPI

Uma investigação séria e imparcial – essa é a expectativa do senador Antonio Carlos Magalhães quanto aos trabalhos da CPI do Apagão Aéreo. **Página 3**



Impresso Especial
5362005/0R/058
SENADO FEDERAL
CORREIOS

Senador pede ao governo que apresse programa contra o alcoolismo, “maior problema de saúde pública do Brasil”, que motiva a metade dos assaltos e assassinatos registrados no país

Tião Viana apóia limite para propaganda de bebida alcoólica

O senador Tião Viana (PT-AC) apoiou em discurso a intenção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de limitar a publicidade de bebida alcoólica de baixo teor. Ele também concorda com a total proibição da venda em estabelecimentos próximos a rodovias, como sugere o ministro da Justiça, Tarso Genro.

Tião Viana informou que, de cada cem vítimas que chegam aos institutos médicos legais do país para exame cadavérico, 95 têm álcool no sangue. Além disso, mais de 50% dos assaltos e assassinatos são motivados pelo alcoolismo. Relatou ainda que houve “queda substancial” em acidentes de trânsito e violência nos países que restringiram a publicidade de bebida alcoólica.

O senador pediu que o governo



Viana concorda com a proibição da venda de bebida em locais próximos a rodovias

apresse o lançamento de programa de combate ao alcoolismo, preparado por um grupo de trabalho com representantes de 11 ministérios. Ele lamentou a existência no Brasil de um “lobby monstruoso” que impede a adoção de políticas mais severas contra bebidas alco-

ólicas, pois a propaganda do setor injeta nos meios de comunicação “bilhões de reais”.

– O maior problema de saúde pública no Brasil é o alcoolismo. Não é preciso repetir que os acidentes de carro matam cerca de 45 mil brasileiros por ano, grande parte provocada pela bebida – acrescentou.

OMS

Tião Viana informou que o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, participa, em Genebra, da 60ª Assembléia Geral da Organização Mundial da Saúde, na qual a gripe aviária ainda será um dos temas mais debatidos, ao lado da erradicação dos reservatórios do vírus da varíola e de medidas para erradicação da tuberculose, leishmaniose e outras endemias.

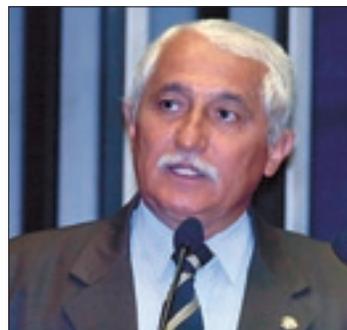
Augusto: “Impunidade facilita vida de motorista transgressor”

Augusto Botelho (PT-RR) alertou para o aumento do número de acidentes fatais de trânsito decorrentes do uso de bebidas alcoólicas. O senador leu editorial de O Globo, sob o título “Falta cumprir”, sugerindo que, desde que passou a vigorar o Código de Trânsito Brasileiro (1998), a tendência de maior controle do trânsito pela lei foi revertida negativamente.

Para Augusto, o clima de impu-

nidade é tal que tem facilitado a vida dos motoristas transgressores, “tornando letra morta a legislação”. Conforme o parlamentar, faltam à polícia equipamentos tecnológicos, como bafômetros, para o cumprimento da lei. Além disso, frisou, programas integrados entre o Estado e a iniciativa privada e campanhas educativas intensas deveriam ser implementados para redução do problema.

– A maioria das pessoas que



Augusto Botelho alerta para aumento de acidentes envolvendo consumo de álcool

morreram em acidentes de trânsito, cerca de 35,7 mil brasileiros em 2005, é composta por jovens até os 24 anos – informou.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Recursos para projetos do PAC na pauta do Plenário

A pauta da sessão deliberativa de hoje, com início às 14h, continua trancada por três medidas provisórias e 11 projetos de lei de conversão (PLVs). Entre as proposições, estão sete referentes ao Programa de

Aceleração do Crescimento (PAC) e o PLV que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Al Gore pode ser convidado para audiência pública

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) reúne-se hoje, às 11h30. Na pauta de 15 itens, encontra-se requerimento de Serys Slhessarenko (PT-MT) propondo convite ao ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore para debater causas

e conseqüências do aquecimento global. Também está em pauta projeto que institui no Senado o programa Carbono Zero, destinado a promover ações para neutralizar a emissão de carbono nas dependências da Casa.

Comissões realizam terceiro debate sobre a Emenda 3

O terceiro debate sobre a Emenda 3, apresentada ao projeto que criou a Super-Receita, será realizado hoje, às 14h, pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Estão con-

vidados para a reunião dirigentes das principais centrais sindicais, o advogado tributarista Edvaldo Pereira de Brito e o presidente da seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Luiz D’Urso, entre outros.

Educação examina proposta de inclusão digital

Projeto que prevê acesso a redes digitais de informação por professores e estudantes de estabelecimentos de ensino públicos e particulares será analisado hoje, às

11h, pela Comissão de Educação (CE). O colegiado vota ainda proposta que penaliza instituição que rejeitar matrícula de portadores de necessidades especiais.

Presidente do Inbra fala aos senadores da CRA

O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inbra), Rolf Hackbart, fala hoje, às 11h, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O convidado deve esclarecer denúncia encaminhada ao gabinete

do senador Osmar Dias (PDT-PR) pela Federação de Agricultura do Paraná (Faep), referente ao suposto objetivo do Inbra de vistoriar propriedades na faixa de fronteira de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Assuntos Econômicos vota programação monetária

Duas mensagens do Executivo encaminhando a programação monetária para 2007 devem ser votadas hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Em reunião prevista para as 10h, o colegiado analisa ainda outras 12 proposições.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Romeu Tuma, Leomar Quintanilha e Mão Santa

Antonio Carlos quer investigação ampla sobre crise no setor aéreo

Se os partidos da base do governo não indicarem hoje seus representantes na CPI do Apagão Aéreo, os senadores do Democratas vão levantar tantas questões de ordem que ficará difícil votar qualquer matéria no Plenário, advertiu ontem o senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA).

Ele pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que cumpra a promessa de indicar os representantes dos partidos governistas na CPI caso os líderes não o façam.

Antonio Carlos Magalhães comentou que a CPI do Apagão na Câmara, com base nas primeiras convocações de depoimentos, “pode não chegar a coisa alguma”. Já a comissão criada no Senado, a seu ver, pretende fazer uma investigação “séria e imparcial”, porque seus integrantes não vão querer “trocar sua consciência por benesses do governo”.

– Não vamos querer poupar



“Não vamos poupar a Anac, nem a Infraero, nem a Aeronáutica”, afirma ACM

a Anac, nem a Infraero, nem a Aeronáutica, nem as companhias aéreas. Queremos saber tudo. Isso não significa que tenhamos o interesse de ferir o presidente da República ou o seu governo – afirmou.

Na opinião do senador pela Bahia, Renan Calheiros “não deve ter receio” de que “alguma coisa aconteça fora dos trilhos da legalidade e da moralidade” na investigação da CPI do Senado.

Simon defende permanência de procurador-geral da República

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) antecipou ontem, em Plenário, que votará favoravelmente à permanência de Antonio Fernando de Souza na Procuradoria Geral da República, caso o nome do procurador seja submetido à recondução, que deverá ser votada no Senado. O mandato do procurador é de dois anos.

– Ressalto que considero sua excelência um grande nome deste governo. Se há algo que, no governo Lula, melhorou 1.000% foi a Procuradoria Geral da República, o setor mais negativo do governo Fernando Henrique Cardoso, o qual tinha como titular um arquivador-geral, que não denunciava, nem absolvía, arquivava em sua gaveta. O atual procurador tem sido muito firme – disse, ao citar matérias publicadas na imprensa que apontam



Simon: “Procuradoria Geral da República melhorou 1.000% no governo Lula”

para a recondução de Antonio Fernando de Souza.

Em seu discurso, Simon destacou que o atual procurador-geral da República age com “imparcialidade e singeleza de ação”, sem apelos midiáticos, lembrando que Antonio Fernando de Souza apresentou, no ano passado, denúncia contra 30 parlamentares citados pela CPI do Mensalão.

Termina hoje prazo para partidos indicarem integrantes das CPIs do Apagão Aéreo e das ONGs. Senadores temem que investigações prejudiquem votação de projetos em pauta

Renan decide com líderes agenda do Plenário e instalação de CPIs

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reúne os líderes partidários, às 11h, para discutir a pauta de votações do Plenário e decidir sobre a instalação das comissões parlamentares de inquérito que deverão investigar a crise no setor aéreo e a ação das organizações não-governamentais. O prazo para que os partidos indiquem seus representantes nas duas CPIs encerra-se hoje.

Os senadores estão preocupados com a possibilidade de o funcionamento dessas comissões atrapalhar a votação de três medidas provisórias e 11 projetos de lei de conversão provenientes de MPs que constam da agenda do Plenário – sete dessas proposições integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Renan informou que há um acordo para votar os projetos do PAC, mas disse que ainda vai decidir com os líderes sobre as matérias que terão prioridade.

– Na reunião nós vamos acertar



Renan sugere antecipar para as 14h o início da votação nas sessões plenárias

tudo isso – afirmou ele na semana passada, logo depois de encontro com o ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia.

Em defesa do melhor aproveitamento do tempo no Senado, Renan voltou a recomendar que as votações em Plenário passem a começar às 14h e não às 16h, como acontece atualmente.

O líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (RO), mantém o en-

tendimento de que, no caso da CPI do Apagão Aéreo, uma comissão mista realizaria um trabalho mais racional. Em sua opinião, duas comissões investigando a questão ao mesmo tempo, na Câmara e no Senado, terminarão por ouvir as mesmas pessoas e com os mesmos objetivos.

Raupp, contudo, já escolheu os nomes dos senadores do PMDB que indicará para as CPIs. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), também disse que já tem as indicações do Bloco de Apoio ao Governo para as duas comissões. Até agora, apenas PSDB e DEM anteciparam-se em fazer as indicações para as duas CPIs.

Autor do requerimento de CPI das ONGs, Heráclito Fortes (DEM-PI) vem cobrando agilidade dos partidos para a instalação dessa comissão, alegando que se multiplicam as irregularidades relacionadas ao repasse de dinheiro público para organizações não-governamentais.

Para especialista, ação contra o crime deve ser intensiva

A violência no Brasil precisa ser combatida com medidas de curto, médio e longo prazos. A avaliação foi feita ontem pelo consultor legislativo da Câmara dos Deputados Sérgio Fernandes Senna Pires, que participou do debate “A Questão da Violência no Brasil Hoje”, promovido pelas associações dos Consultores Legislativos e de Orçamento da Câmara (Aslegis) e do Senado (Alesfe). Segundo Pires, a violência deve ser enfrentada com várias iniciativas simultâneas, como o emprego da repressão, o aumento da assistência social,

o aprimoramento das ações de inteligência e a adoção de programas educacionais, entre outras iniciativas. Essas ações, segundo o consultor legislativo, devem ser adotadas de forma intensiva, o que poderá favorecer todas as camadas da população.

O próximo debate será realizado nesta quinta-feira, às 17h30, sobre o tema “Perspectivas e Desafios do Etanol”. A discussão ocorrerá no Plenário 10 da Câmara.

O assunto da reunião seguinte, prevista para o dia 24, às 16h30, será “Aquecimento

Global: Desafios para o Brasil”, em local a ser confirmado pelos organizadores.

O primeiro debate do ciclo foi realizado no dia 10 deste mês, sobre o tema “Implicações da Emenda 3”. Na ocasião, os especialistas analisaram o dispositivo incluído na lei que criou a Receita Federal do Brasil (oriunda da junção da Secretaria da Receita Federal e da Secretaria da Receita Previdenciária), o qual limita a atuação da fiscalização sobre empresas que contratam profissionais sob a forma de pessoa jurídica.

Mário Couto pede à governadora Ana Júlia que combata violência no Pará

Mário Couto (PSDB-PA) pediu ontem à governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, que tome providências para deter a violência no estado, conforme prometeu durante a campanha eleitoral. O senador sustentou que a governadora não fez nada até o momento e disse que crimes bárbaros se sucedem. Como exemplo, ele citou o caso de uma menina de apenas 11 anos

de idade que, após ser estuprada por um casal, foi assassinada com choques elétricos, e também o dos técnicos da TV Senado que foram assaltados em Belém.

– Eu sinto vergonha. A governadora Ana Júlia até agora não fez nada. Os crimes mais bárbaros estão sendo cometidos na minha terra – frisou.

Mário Couto disse estar de-

cepcionado com o trabalho do Senado. Segundo ele, o povo paraense reclamava quando a Assembléia Legislativa do estado votava apenas 20 matérias por dia. E manifestou sua preocupação com o futuro da democracia brasileira.

– Estou há quatro meses no Senado e ainda não votei matéria nenhuma. Mais de cem matérias

estão aguardando que as medidas provisórias sejam votadas e a pauta seja destrancada. Que decepção quando comparo meu trabalho na Assembléia Legislativa do meu estado com o que estou fazendo aqui! – afirmou.

O senador acusou o presidente Lula de estar propositadamente tentando tirar do Legislativo a função de criar leis.



Mário Couto também criticou o governo federal pela edição excessiva de MPs



Políticos favoráveis à descriminalização fogem às suas responsabilidades, diz Tuma

Romeu Tuma manifesta-se contrário à legalização da maconha

Romeu Tuma (DEM-SP) reforçou o discurso do papa Bento XVI, que, em visita à Fazenda da Esperança, em Guaratinguetá (SP), que trata de dependentes químicos, disse que os narcotraficantes “terão de acertar contas com Deus”. O senador manifestou-se contrário à descriminalização das drogas, em especial a maconha, cuja legalização estaria

sendo defendida por alguns governantes.

– Faço um apelo a quem tem filhos: não concordem com a descriminalização das drogas – pediu ele, ao criticar a realização de passeata no Rio de Janeiro solicitando a legalização da maconha, em cujo panfleto de divulgação aparece o Cristo Redentor.

O parlamentar criticou os políticos que, ao defenderem a descriminalização da maconha, fogem, segundo ele, às suas responsabilidades. Também se disse preocupado com os inocentes mortos e feridos em operações policiais no Rio de Janeiro.

– Os combates da segurança matam indiscriminadamente, matam pessoas inocentes, alvos não

indicados. A polícia foi feita para servir a população – frisou.

Tuma registrou ainda que solicitou à Nunciatura Apostólica todos os discursos oficiais do Papa durante sua visita ao Brasil. Isso porque, na sua avaliação, estudiosos e especialistas expressaram opiniões divergentes sobre diversos assuntos tratados pelo Pontífice.

Voto de pesar pela morte de ex-prefeito piauiense

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) apresentou ontem voto de pesar pelo falecimento do ex-prefeito do município de Curalinhos (PI) Hermes Pereira de Araújo Santos. Heráclito lembrou ainda que Hermes Pereira foi prefeito por dois mandatos.

Formado em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí, ele iniciou sua carreira política no antigo PFL, elegendando-se vereador pelo município de Monsenhor Gil.

– Hermes era um entusiasta do municipalismo e sua atuação à frente da prefeitura teve como meta o fortalecimento das cidades piauienses, além de ter sido um batalhador das causas das comunidades mais carentes. Também foi uma das figuras mais interessantes com quem convivi ao longo de minha vida pública. Inteligente, espirituoso e, acima de tudo, extraordinário administrador – disse o senador.

PAC

O parlamentar criticou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado pelo governo federal no fim de janeiro. Ele lamentou o fato de, mesmo após cem dias do lançamento do programa, nenhuma obra importante de construção de hidrelétricas, estradas ou ferrovias ter sido iniciada em seu estado.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) manifestou seu apoio ao pronunciamento de Heráclito Fortes.

Frente parlamentar apresenta dossiê sobre exploração sexual

Documento inclui casos investigados pela CPI da Exploração Sexual e propõe criação de varas de Justiça e delegacias especializadas em crimes contra crianças e adolescentes

Será divulgado hoje dossiê que apresenta casos investigados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual – a qual atuou entre 2003 e 2004 e solicitou o indiciamento de mais de 200 pessoas. O documento propõe ainda a criação de varas de Justiça e delegacias de polícia especializadas em crimes contra crianças e adolescentes.

O dossiê, que será apresentado no Senado a partir das 14h30, faz parte de uma série de atividades a serem realizadas nesta semana, em razão do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de maio). Também haverá entrevista coletiva com a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) e a deputada Maria do Rosário (PT-RS), coordenadoras da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.



Entrevista com Patrícia Saboya é um dos eventos que acontecem nesta semana

Conforme essa frente, muitos dos pedidos de indiciamento feitos pela CPI – não foram implementados, e apenas uma minoria está na prisão – alguns dos acusados foram inocentados ou, quando condenados, acabaram sendo libertados por meio de habeas corpus.

Projetos

Na semana passada, a Câmara

dos Deputados aprovou três projetos de lei apresentados por essa comissão: o PL 4.851/05, que classifica como crime os atos de fotografar, filmar e facilitar o acesso, na internet, a cenas de sexo explícito envolvendo menores; o PL 4.852/05, que visa ao fechamento definitivo de estabelecimento que hospedar crianças ou adolescentes sem autorização escrita dos pais ou responsáveis; e o PL 4.125/04, que obriga locais comerciais a divulgar avisos, mensagens ou cartazes com o alerta de que a exploração sexual de menores é crime.

Devem ainda participar da divulgação do dossiê representantes da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e da Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.



Romero Jucá observa que mudanças beneficiam população de baixa renda

Jucá: autônomo paga menos para se aposentar

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), ressaltou ontem, em Plenário, que as donas-de-casa e os trabalhadores autônomos agora dispõem de uma nova forma de contribuição para suas aposentadorias, já que o percentual a ser recolhido foi reduzido de 20% para 11%.

O parlamentar afirmou que, antes da mudança, as pessoas que recebiam salário mínimo e se enquadravam nessas categorias tinham de pagar R\$ 76 – considerando-se o piso de R\$ 380. Agora, acrescentou, podem pagar R\$ 41. De acordo com ele, a antiga alíquota “sobrecarregava a população de baixa renda”.

Risco Brasil

Jucá destacou ainda a melhora na avaliação dada ao país pelas agências internacionais de classificação de risco – como é o caso da Fitch, citada pelo senador. Essas classificações medem a capacidade de um país poder pagar suas dívidas e servem de referência para os investimentos do mercado financeiro internacional.

O senador disse que os novos estudos demonstram que a atuação macroeconômica do governo federal “está dando certo”. Como exemplo, Jucá observou que as reservas cambiais do Brasil são de aproximadamente US\$ 122 bilhões e podem alcançar US\$ 130 bilhões até o fim do ano.

Comissão de Direitos Humanos debate racismo e preconceito

Por solicitação dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Ideli Salvatti (PT-SC), a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública na quinta-feira para debater a questão racial no país. Foram convidadas para a audiência 66 pessoas, incluindo membros do Poder Executivo, procuradores estaduais e dirigentes de entidades ligadas à cultura negra.

A reunião será dividida em duas partes. Na primeira, com início previsto para as 9h, a ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, falará

sobre as políticas de combate ao racismo e ao preconceito racial. O subsecretário de Políticas para Comunidades Tradicionais, Carlos Eduardo Trindade, também deverá abordar o tema.

Na segunda parte da reunião, será discutida a regularização fundiária de territórios quilombolas no Brasil. Conforme recente estudo da Universidade de Brasília (UnB), foram identificadas 2,2 mil localidades de comunidades quilombolas, espalhadas por todas as regiões brasileiras. Ainda deverão tratar do assunto nove superintendentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma



Ministra Matilde Ribeiro vai participar da primeira parte da reunião

Agrária (Incrá) dos estados do Pará, Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina, Mato Grosso, Maranhão, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Procuradores ligados à questão da terra e Maria Bernadete da Silva, da Fundação Cultural Palmares, estarão no debate.



Fátima Cleide: aprovação da proposta pode diminuir número de assassinatos



Crivella teme que cidadãos sejam presos ao pregarem preceitos bíblicos

Projeto que pune a discriminação de homossexuais causa polêmica

Proposta que torna crime a discriminação e o preconceito contra homossexuais, definindo punições para diversas práticas consideradas discriminatórias, tramita na Comissão de Direitos Humanos (CDH), onde tem causado acirrado debate.

O PLC 122/06 foi aprovado na Câmara em novembro do ano passado, depois de cinco anos de discussões. Por um lado, tanto os apoiadores do projeto como seus opositores concordam com a necessidade de se coibir a discriminação e a violência verbal e física contra os homossexuais.

Entretanto, o consenso acaba aí. Aqueles que são contrários ao projeto argumentam que o texto acolhido pela Câmara atenta contra as liberdades religiosa e de expressão, que são garantias

constitucionais. Já os defensores, classificam os grupos contrários como “fundamentalistas”.

Fátima Cleide (PT-RO), relatora do projeto na CDH, disse acreditar que a aprovação dessa lei é uma demanda da sociedade brasileira e que “vai contribuir para superar a trágica marca de um homossexual assassinado a cada dois dias no país”. Já Marcelo Crivella (PRB-RJ) não concorda com o texto atual do projeto.

– Precisamos de um texto que proteja sem tutelar, mas que também não ofenda nem diminua a liberdade religiosa – defendeu.

Depois de ser apreciado na CDH, o PLC 122/06 ainda será tema de deliberações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, por fim, deverá ir a Plenário.

Coibir violência e mudar cultura são principais objetivos

“Para alterar a atual cultura de discriminação homofóbica, é necessário instituir punições específicas à prática desse tipo de violência.” É o que pensa Fátima Cleide sobre o projeto de lei que define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Segundo a senadora, não há inconstitucionalidade na proposta.

Toni Reis, presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), acrescenta que os homossexuais são a única minoria que não tem hoje, no Brasil, uma legislação nacional específica protegendo-os da discriminação. Ainda assim, ele afirma que 13 estados e 112 municípios criaram leis locais tratando desse assunto.

– E não se conhecem casos de religiosos de quaisquer igrejas que tenham sido punidos com base nessas legislações estaduais e municipais que já existem – ressaltou Fátima Cleide.

Opositores temem restrição à liberdade de expressão

Um dos argumentos dos grupos contrários à proposta que define como crime a discriminação contra os homossexuais é de que, segundo eles, o texto aprovado na Câmara permite que qualquer pessoa que expressar juízos contra o homossexualismo, como os que aparecem na Bíblia, possa ser condenada a até três anos de prisão.

– Como vamos considerar crime um pai ensinar a seu filho que o homossexualismo é antinatural, é pecado? E as igrejas, ficarão impedidas de afastar padres e pastores homossexuais de suas atividades? – questiona Marcelo Crivella.

No entanto, o senador ressalva que “é preciso também compreender que as pessoas têm o direito de pensar diferente”. O bispo católico dom José Negri concorda. “As pessoas que apresentam tendências homossexuais profundamente enraizadas devem ser acolhidas com respeito, compaixão e delicadeza. A Igreja pensa que deve ser superado qualquer tipo de discriminação”, diz.

Senador pede acesso igualitário a informações e técnicas disponíveis e adoção de medidas preventivas que evitem a morte de mulheres por abortos clandestinos

João Durval propõe debate sobre planejamento familiar

João Durval (PDT-BA) afirmou que o Brasil precisa debater o planejamento familiar e aperfeiçoar o atendimento à saúde da população mais idosa dentro da perspectiva de não sobrecarregar os gastos do sistema previdenciário nos próximos 20 anos. O senador também saudou a declaração do presidente Lula – por ocasião da visita do papa Bento XVI ao Brasil – de que é contrário ao aborto, embora ache que o assunto deva ser tratado como uma questão de saúde pública, e não como um tema pessoal.

– É necessária e urgente a transposição da teoria jurídica para a realidade dos cidadãos. Não se pode mais ficar esperando, enquanto centenas de milhares de mulheres morrem a cada ano em decorrência da prática clandestina de abortos. Urge tomar medidas, fazer campanhas de conscientização, distribuir material educativo e dispositivos preventivos, e todas as demais ações estatais que visem sanar esse mal que assola a saúde pública – disse.

João Durval frisou que cabe ao Estado uma ação efetiva, “que torne aquilo que já foi materializado no mundo jurídico, em especial por meio da Lei 9.263/96, em algo concreto e acessível a todos no mundo material”.

Essa lei estabelece que todo cidadão tem direito ao planejamento familiar, assim entendido como o conjunto de ações de



João Durval: planejamento familiar deve sair da discussão teórica para ir à prática

regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal.

A norma determina ainda que é proibida a utilização das ações de planejamento familiar para qualquer tipo de controle demográfico, e regulamenta o parágrafo da Constituição que trata do planejamento familiar.

O dispositivo constitucional estabelece que, “fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas”.

– Cumpre ao Estado as ações concretas de atenção à mulher,

ao homem ou ao casal, dentro de uma visão de atendimento global e integral à saúde, como pretende a lei. Cabe ao Estado, efetivamente, instituir o planejamento familiar orientado por eventos preventivos e educativos e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade – afirmou João Durval.

O senador lembrou que o Brasil viveu uma explosão populacional a partir da década de 50 do século passado em decorrência do baby boom, fenômeno internacional que se traduziu no aumento de nascimentos no período pós 2ª Guerra Mundial até o final da década de 60 e início da década seguinte. As causas do fenômeno vão desde o sentimento de euforia pelo fim da guerra, especialmente no caso norte-americano, até os avanços nas técnicas médicas, melhoria da base alimentar e das condições sanitárias, com a conseqüente redução das taxas de mortalidade infantil.

– Chamo a atenção para o fato de que essas crianças que nasceram nas décadas de 50 e 60 estão, agora, prestes a entrar na idade avançada ou a completar 60 anos. É muito importante que tenhamos isso em vista porque as conseqüências desse fenômeno são vastas para o nosso país, em especial no que tange aos gastos previdenciários – assinalou.

Heráclito acredita que DEM não fechará questão contra o aborto

Nota publicada no Blog do Noblat, do jornalista Ricardo Noblat, informando que lideranças do Democratas anunciaram que o partido fechará questão contra a legalização do aborto, levou Heráclito Fortes (DEM-PI) a afirmar que “pode haver algum engano, uma vez que esta é uma questão de consciência, e não programática”.

Como a informação foi retirada do site oficial do partido, o senador manifestou sua esperança de que tenha havido um equívoco por parte de quem divulgou a nota.

– Sou de uma região onde a

quantidade de vítimas de “aborto de ponta de rua” é muito grande. As mulheres abastadas “resolvem o problema” em clínicas de luxo. Mas as necessitadas passam muitas vezes pelo vexame de ter que se entregar até mesmo a pessoas não habilitadas, tipo parteiras ou benzedoras ou coisa que o valha. Daí por que essa é uma questão até de preservação de vida que precisa ser discutida – afirmou.

Na avaliação de Heráclito, o fundamental é que o Congresso debata a legalização do aborto de maneira clara e responsável. Ele disse ter recebido informações de



Heráclito: “Mulheres ricas vão a clínicas e as pobres recorrem a pessoas não habilitadas”

que, apenas pelo fato de o assunto ter começado a ser discutido, a incidência de abortos ilegais já vem diminuindo. Heráclito sugeriu ao governo que oriente a Polícia Federal a investigar as clínicas e os estabelecimentos que fazem abortos clandestinos.



Roosevelt Pinheiro

Denúncia a Osmar Dias revela possível intenção de não promover indenizações

Presidente do Incra falará sobre vistorias em propriedades

O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), Rolf Hackbart, participa hoje, às 11h, de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Ele foi convidado a esclarecer denúncia encaminhada ao gabinete do senador Osmar Dias (PDT-PR) pela Federação de Agricultura do Paraná (Faep), segundo a qual a autarquia pretende realizar vistorias em propriedades rurais, localizadas na faixa de fronteira dos estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, sujeitas à ratificação de seus títulos de domínio.

A audiência foi solicitada por meio de requerimento do presidente da CRA, senador Joaquim Roriz (PMDB-DF), e subscrita por Osmar Dias e Sibá Machado (PT-AC). De acordo com o ofício da Faep, “o objetivo do Incra nessa vistoria é identificar as terras não-produtivas para promover nulidades dominiais e, com isso, apossar-se das terras sem promover as respectivas indenizações”.

Ainda conforme a Faep, “a Instrução Normativa nº 27/06 permite que o Incra identifique as propriedades rurais ‘não produtivas’, e com base na Lei 9.871/99 (que estabelece prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos estados na faixa de fronteira) promova a nulidade de seus títulos de domínio”.

Em discurso feito no mês passado, Osmar Dias disse temer que, em vez da desapropriação para fins de reforma agrária, as terras com título de domínio sejam incorporadas ao patrimônio da União sem indenização aos proprietários. Na ocasião, ele afirmou que “um brutal confisco de terras está prestes a ser patrocinado pelo Incra”. Segundo o senador, mais de 40 mil propriedades rurais no Paraná aguardam ratificação de título de domínio do Incra.

Floresta, energia, petróleo, gás, agricultura, transporte, saneamento e resíduos sólidos são alguns dos temas de debates setoriais programados por comissão mista

Audiências em Manaus, Cuiabá e São Paulo analisam o aquecimento

A Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas definiu o plano de trabalho que será desenvolvido até dezembro e que prevê audiências públicas em Manaus, Cuiabá e São Paulo. No dia 18 de junho haverá reunião em Manaus para dar seguimento às discussões sobre a Amazônia iniciadas na audiência realizada em Belém, na semana passada. Em Cuiabá, no dia 17 de agosto, o encontro focalizará as consequências do aquecimento global sobre o Pantanal. Outra audiência acontecerá em São Paulo, no dia 14 de setembro.

Também foram definidos deba-

tes setoriais. O primeiro, sobre o setor florestal, deve ser realizado em Brasília, em 29 de maio. Ainda estão previstas audiências sobre energia, petróleo e gás, agricultura, saneamento e resíduos sólidos e transportes. O plano de trabalho inclui ainda outros temas que poderão vir a ser objeto de audiências públicas, como as relações entre a reforma tributária e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com o aquecimento global.

A entrega do primeiro relatório parcial da comissão está marcada para 10 de julho e a do segundo, em 30 de outubro. O relatório

final está previsto para ser apresentado em 11 de dezembro.

Deputados e senadores do colegiado também devem participar de missões oficiais. A primeira, no Congresso Internacional sobre Mudanças Climáticas, na Universidade Nacional de Ucayali, na cidade de Pucallpa, no Peru, nos dias 16 e 17 deste mês, e a segunda em Genebra e Moscou, com o objetivo de conhecer os projetos executados pela Green Cross International. O convite foi feito pela própria entidade, que é comandada pelo ex-presidente da União Soviética Mikhail Gorbachev.

Projeto torna o Araguaia rio-parque, com uso sustentável da biodiversidade

Como forma de preservar o rio Araguaia desde sua nascente, na serra do Caiapó, até a confluência com o rio Tocantins, Kátia Abreu (DEM-TO) apresentou projeto para que a calha principal seja considerada rio-parque. Com essa iniciativa, a senadora pretende preservar o curso natural do rio e garantir a preservação e o uso sustentável da biodiversidade e do patrimônio genético que se desenvolve ao longo do seu curso.

A proposta (PLS 2.332/07) também determina a proibição da construção de qualquer tipo de barragem, eclusa, comporta ou derrocamento nos pedrais e trechos de corredeiras ou alargamento de canais que altere o

curso natural ou a calha principal do Araguaia. Apesar de prever essa proibição, o projeto abre a possibilidade de exploração de recursos minerais na calha principal do rio, desde que sujeita a prévio licenciamento ambiental.

Na justificativa da matéria, Kátia Abreu argumenta que, por ser um rio de planície, a construção de barragens no Araguaia desalojaria milhares de pequenos e médios produtores de suas terras, que perderiam seu trabalho e acabariam migrando para a periferia das grandes cidades. Ela ressalta ainda que o Araguaia não serve como hidrovia, pois para ser navegável seria necessário construir e manter diversas eclusas e reali-



Gerakly Magalhães

Kátia Abreu quer garantir preservação e impedir construção de barragens no rio

zar dragagens e outras obras.

“Por isso, sua utilização para navegação apresenta menor viabilidade do que a construção e manutenção de ferrovia ao longo de seu curso, que, como já foi observado, está situado em região de planície. Tudo isso sem mencionar ainda o enfraquecimento do potencial turístico do rio”, assinala a senadora.

Projeto fixa em 40 horas jornada para cortadores de cana

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou projeto que limita a 40 horas semanais o trabalho dos cortadores de cana e determina que o patrão deverá contratar seguro de vida para esses trabalhadores, além de pagar adicional de 20% sobre o salário, por se tratar de atividade penosa. Ele argumenta que a atividade é tão insalubre e penosa que provocou a morte de 1.383 cortadores de cana só nos últimos cinco anos. Cerca



J.Freitas

Paim propõe seguro de vida, adicional salarial de 20% e aposentadoria especial

de 1 milhão de trabalhadores bóias-frias fazem o corte de cana no país para produção de álcool e açúcar.

“Para cortar dez toneladas de cana e ganhar R\$ 24, um canavieiro precisa percorrer nove quilômetros a pé, desfechar

cerca de 73 mil golpes de facão e fazer 36 mil flexões de perna. Fatigados, muitos deles passam mal no próprio canavial, pois perdem até oito litros de água por dia”, justifica Paim. O senador assinalou que a produção de etanol (álcool) abre grandes perspectivas para o país, mas observou que é preciso proteger os trabalhadores em canaviais, oferecendo-lhes “os mais elementares direitos humanos e sociais”.

O projeto (PLS 226/07) determina ainda que o trabalhador rural canavieiro terá direito a aposentadoria especial do INSS após 25 anos de serviço, contínuos ou intermitentes.



Gerakly Magalhães

Quintanilha teme por tratamento a ser dado ao lixo nos pequenos municípios

Destino de resíduos sólidos preocupa Leomar Quintanilha

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) manifestou em Plenário sua preocupação com o tratamento a ser dado pelos prefeitos ao lixo e aos resíduos sólidos dele resultantes, especialmente nas pequenas cidades dependentes dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

– É visível, quando se trafega pelas ruas, o problema que o lixo tem imposto às administrações municipais – lamentou.

Quintanilha explicou que os recursos oriundos do FPM não são suficientes para que os prefeitos façam frente às demandas de suas populações. Ele citou ter estado na cidade de Atlanta (EUA), onde visitou uma fábrica de aproveitamento de resíduos sólidos, que elimina, segundo informou, os gases resultantes do chorume, bem como dá tratamento adequado ao lixo.

O parlamentar disse também que o lixo jogado no rio Araguaia pode ser o vetor de uma doença, ainda não identificada pela Fundação Nacional de Saúde e pelo Ministério da Saúde, que tem afetado principalmente os moradores de Araguatins (TO) que utilizam o rio para se banharem.

– Não tivemos o cuidado com esses mananciais – observou Quintanilha, ao advertir que as populações precisam abandonar seus hábitos históricos para preservar a saúde.

Pneus usados

Em aparte, o senador Romeu Tuma (DEM-SP), relator do Projeto 216/03, em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que trata da destinação de pneus usados, pediu a colaboração de Quintanilha sobre formas de utilização de resíduos sólidos. O representante do Tocantins respondeu dizendo que os pneus podem ser utilizados para geração de energia elétrica, além do uso para produção de asfalto, e se dispôs a colaborar com as informações trazidas de Atlanta.



Para Mão Santa, falta de recursos no início do ano revela planejamento ruim

Mão Santa critica pedido de complementação orçamentária de R\$ 8 bi

Mão Santa (PMDB-PI) alertou para a anunciada edição de mais uma medida provisória pelo governo federal sobre complementação de orçamento, no valor de R\$ 8 bilhões. Ele solicitou ajuda ao corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), para impedir o andamento de MPs.

– Pedir complementação de orçamento no começo do ano é

falta de planejamento e é falta de capacidade do governo. E é falta de vergonha do Congresso aprovar complementação agora em maio – disse.

O senador afirmou que, quando foi prefeito e governador, a Câmara Municipal de Parnaíba e a Assembléia Legislativa do Piauí jamais deixaram que algo parecido acontecesse. Ele disse

que seria normal faltar recursos para o governo em novembro ou dezembro, mas em maio, não.

– E a previsão orçamentária? E o planejamento? – questionou.

Mão Santa também anunciou que foi convidado para ser palestrante no 1º Encontro da Ordem dos Parlamentares do Brasil, que será realizado hoje, em Brasília. O tema de sua palestra será “As

Instituições Democráticas e o Estado Democrático de Direito”.

O parlamentar também citou notícia de um jornal piauiense sobre projeto de lei de sua autoria (PLS 509/03) que obriga a realização de provas de concursos públicos federais, além de no Distrito Federal, nas capitais dos estados que tiverem mais de 50 inscritos.

João Pedro defende cultivo familiar do dendê para biodiesel

A inclusão social de famílias de agricultores por meio da produção de biodiesel de óleo de dendê foi defendida por João Pedro (PT-AM). O senador destacou que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) da Amazônia Ocidental desenvolveu pesquisas que recomendam o cultivo das palmeiras de dendê também para o reflorestamento de áreas degradadas por projetos agropastoris fracassados.

– Temos, portanto, condições de produzir energia com uma abrangência sócioambiental nunca vista. Uma situação muito diferente da relativa à exploração do petróleo, que sempre foi dominada por conglomerados transnacionais, pelo grande capital – disse.

João Pedro chamou atenção para a necessidade de se adequar as linhas de crédito às peculiaridades do ciclo produtivo do dendê e às diversas formas de agricultura familiar, desde os pequenos grupos familiares às grandes cooperativas de agricultores.

O senador fez um apelo para que o governo federal inclua nos programas de fixação de agricultores no campo o cultivo do dendê. Ele pediu ainda ao parlamentares que contribuam para a aprovação dos projetos de leis que viabilizarão a produção do biodiesel em escala comercial.

Em aparte, Romeu Tuma (DEM-SP) parabenizou João Pedro pelo pronunciamento.



Dendê serve para produção de combustível e para reflorestamento, ressalta João Pedro

Subcomissão debate marco regulatório de combustíveis

Para Paulo Costa, diretor da Petrobras, áreas de produção, transporte e comercialização do álcool devem ser centralizadas num único órgão

O diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, sugeriu ontem, em audiência pública no Senado, que o país deve centralizar a regulamentação da produção, transporte e comercialização do álcool combustível em um único órgão. Hoje, segundo disse, têm influência no setor tanto o Ministério da Agricultura, quanto a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e o Ministério de Minas e Energia (MME).

Promovida pela Subcomissão Temporária de Regulamentação dos Marcos Regulatórios, vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a audiência discutiu os setores de petróleo, gás natural e biocombustíveis. Os palestrantes deixaram claro que os investimentos na geração de energia limpa e renovável tendem a crescer bastante nos próximos anos.

Raupp busca consenso sobre pagamento de precatórios

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO), relator da proposta de emenda à Constituição que regula o pagamento de precatórios por parte de União, estados e municípios, recebeu ontem representantes da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com quem discutiu a matéria.

A PEC, em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), determina que União, estados e Distrito Federal destinem 3% da despesa primária líquida para o pagamento de precatórios, enquanto os municípios gastariam no máximo 1,5%.

Raupp afirmou que o encontro propiciou a formação de um “consenso” sobre a redação da propos-



Delcídio Amaral, entre Paulo Roberto Costa (E) e Carlos Brescia, dirige audiência pública

Participaram do debate os senadores Delcídio Amaral (PT-MS), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) – presidente e relator da subcomissão –, Valter Pereira (PMDB-MS) e Romero Jucá (PMDB-RR); o presidente do Conselho de Administração da companhia Brasil Ecodiesel, Jorio Dauster; o representante da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Única), Francesco Giannetti; e o diretor

da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), Carlos Eduardo de Freitas Brescia.

Delcídio Amaral destacou que a “ausência ou ineficiência de marco regulatório faz com que alguns setores do país recebam poucos investimentos estrangeiros”. Na segunda-feira, o tema da audiência será telecomunicações. Também na próxima semana, será discutido o setor das telecomunicações.



Valdir Raupp (C) discute proposta de emenda com representantes dos municípios

ta. Ele ressaltou a necessidade do estabelecimento de condições para que os entes públicos possam quitar os precatórios.

Os representantes da OAB também consideraram o debate produtivo por fornecer à entidade subsídios para tomar uma posição, disse Orestes Muniz,

presidente da Comissão de Precatórios da entidade. Ele reafirmou que a OAB é contrária ao leilão de precatórios.

Para Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), o impacto dos precatórios é “muito agudo” na conta das prefeituras.

Acordo entre União Européia e Mercosul é tema de audiência

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deverá votar, na quinta-feira, requerimento de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que visa a realização de audiência pública para debater o processo de consolidação do acordo comercial entre o Mercosul e a União Européia. O autor do requerimento disse que tal acordo tem avançado muito pouco e que uma das principais barreiras, na sua opinião, é o mercado de produtos agrícolas. O senador sugeriu que seja convidado para a audiência o diretor do Departamento de Negociações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, Evandro Didonet.

Está também na pauta requerimento de César Borges (DEM-BA) para convidar o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para um debate sobre apelação apresentada pela União Européia na Organização Mundial do Comércio (OMC) pleiteando a abertura do mercado brasileiro à importação de carcaças de pneus ou de pneumáticos reformados.

Segurança

Outro requerimento de audiência sugerida por Crivella a ser votado pela CRE visa ao esclarecimento de informações publicadas pelo jornal Folha de S. Paulo segundo as quais a privatização de satélites poderá comprometer a segurança nacional.

A CRE deverá analisar ainda cinco projetos de decreto legislativo que tratam de acordos e convenções internacionais. Entre eles está o memorando de entendimento com o governo cubano para cooperação técnica em matéria de saúde animal.

O primeiro item da pauta é a retomada das discussões sobre as medidas adotadas pelo governo boliviano em relação à exploração de gás natural pela Petrobras naquele país. O debate foi sugerido pelo presidente da comissão, Heráclito Fortes (DEM-PI), e por Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Mão Santa lembra atuação de Tebet

Mão Santa (PMDB-PI) homenageou ontem o ex-senador Ramez Tebet, de Mato Grosso do Sul, que faleceu em novembro do ano passado.

Citando o livro Tempo de transformação, de Agaciél da Silva Maia, diretor-geral do Senado, Mão Santa reproduziu uma declaração de Tebet, na qual diz que “o Congresso não é a Casa do radicalismo, da intolerância; o Congresso é a Casa da construção dos grandes debates, do entendimento”.

Ramez Tebet foi presidente do Senado entre setembro de 2001 e janeiro de 2003.

Senado homenageia Gerardo Mourão

O Senado prestará amanhã, às 14h, homenagem póstuma ao escritor Gerardo Mello Mourão, nascido em Ipueiras (CE) em 1917 e falecido no dia 9 de março deste ano, no Rio de Janeiro. A homenagem atende a requerimento de Inácio Arruda (PCdoB-CE) e será realizada na hora do expediente, com presença da família do homenageado.

Reconhecido internacionalmente, Mello Mourão chegou a ser indicado para o Prêmio Nobel de Literatura de 1979. Escreveu, entre outros livros, A Invenção do Mar e O País dos Mourões.

CAS recebe visita do ministro Carlos Lupi

Por sugestão da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, comparecerá à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para participar da reunião destinada a comemorar o Dia do Trabalhador.

Em seguida, a CAS examinará pauta de nove itens. O primeiro abrange 15 projetos sobre a ampliação do uso do FGTS. O relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), elaborou substitutivo ao PLC 18/02 que prevê a possibilidade de saque para aquisição de lotes e quitação de prestações atrasadas de financiamento habitacional.

Ao defender acesso de toda a população brasileira à educação, senador afirma que o governo federal precisa assumir responsabilidade pelo ensino básico

Cristovam quer escola de ricos e pobres com a mesma qualidade

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou ontem, da tribuna, que da mesma forma que senadores do Império tentaram protelar a aprovação da Lei Áurea, com o argumento de que a libertação dos escravos inviabilizaria a agricultura e traria prejuízos ao país, hoje os parlamentares alegam falta de recursos para adiar uma revolução na educação que garanta escolas com a mesma qualidade para os filhos dos ricos e os dos pobres.

– Mudaram as palavras: antes eram escravos, agora são meninos de rua; antes eram senzalas, agora são pontes, acampamentos e refugiados. Acabou a possibilidade de vender seres humanos, mas continua a permanência do desemprego. A chave de tudo está



Cristovam: são necessários R\$ 7 bilhões ao ano para garantir salto na educação

em garantir que no país a escola será igual. É imprescindível que eles tenham educação com a mesma qualidade.

Para Cristovam, o governo federal deve assumir a responsabilidade, que hoje é das prefeituras,

de garantir o ensino básico para toda a população.

Na sua avaliação, são necessários R\$ 7 bilhões anualmente para o Brasil dar o salto de que necessita na educação. Ele disse que não é difícil conseguir os recursos em um país no qual a Petrobras lucrou R\$ 26 bilhões, em 2006, e o Congresso e o Judiciário gastam por ano R\$ 5 bilhões e R\$ 15 bilhões. A idéia do parlamentar é priorizar a educação na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

– Primeiro alocamos os recursos que serão destinados à educação, depois discutimos quem vai perder, se o Congresso, a Justiça, as estradas ou os portos – frisou Cristovam, que recebeu o apoio de Mão Santa (PMDB-PI) e Romeu Tuma (DEM-SP).

CE vai levar a ministros sugestões ao PAC da Educação

O presidente da Comissão de Educação (CE), Cristovam Buarque, vai entregar aos ministros da Educação, Fernando Haddad; da Fazenda, Guido Mantega; e da Casa Civil, Dilma Rousseff, o resultado do ciclo de audiências que debate o setor educacional. O documento apresentará propostas que possam contribuir com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o chamado PAC da Educação.

O ciclo de audiências, com dez reuniões quinzenais, teve início

na última quinta-feira. Senadores da CE foram designados para relatorias setoriais, com a finalidade de elaborar o documento. As duas últimas audiências poderão contar com a participação dos ministros Haddad, Mantega e Dilma Rousseff, entre outros.

A educação básica será avaliada em três relatorias – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, coordenadas respectivamente por Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Marconi Perillo (PSDB-GO) e Marisa Serrano

(PSDB-MS).

O setor de ensino superior terá duas relatorias, sob a coordenação de Pedro Simon (PMDB-RS) – Ensino e Extensão – e Marco Maciel (DEM-PE) – Pesquisa e Formação.

Outras áreas serão analisadas pelas relatorias de Educação Especial, Educação a Distância e Ensino Técnico e Profissionalizante, a cargo de Flávio Arns (PT-PR), Wellington Salgado (PMDB-MG) e Paulo Paim (PT-RS), respectivamente.

Proposta que garante internet em todas as escolas deve ser votada hoje

A instalação de computadores e redes de acesso à internet em todos os estabelecimentos de ensino público e particulares de educação básica e superior, até o ano de 2013, é o que determina projeto de lei de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que será examinado hoje pela Comissão de Educação, em reunião marcada para as 11h.

Emenda apresentada ao projeto (PLS 103/07) por Cristovam Buarque estabelece que a dotação para aquisição dos equipamentos deverá prever um computador com acesso à internet para cada grupo de dez alunos, em cada

turno. A emenda destina ainda verba para treinamento dos professores no uso de computadores, e da contratação de seguro contra furto dos equipamentos.

Segundo Mercadante, “a pequena utilização de ferramentas de informática e, sobretudo, o acesso a redes digitais de informação agrava ainda mais o quadro de exclusão social de estudantes de comunidades carentes, criando verdadeiro apartheid digital”.

Constam também da pauta da CE outros nove projetos, entre os quais dois também de autoria de Cristovam: o PLS 31/07, que determina que as mudanças de



Objetivo do projeto de Mercadante é acabar com apartheid digital no Brasil

lotação e remanejamento de professores da rede pública de ensino sejam efetivadas antes do início do ano letivo; e o PLS 7/06, que atribui às câmaras do Conselho Nacional de Educação a função de análise e intermediação de conflitos entre trabalhadores da educação e seus empregadores.

Rede de computador do Interlegis chega a cem câmaras no país

Já chega a cem o número de câmaras de vereadores beneficiadas com o Projeto Piloto de Modernização, instituído pelo Programa Interlegis, a Comunidade Virtual do Poder Legislativo, com a finalidade de instalar redes de computadores nas casas legislativas municipais de todo o país. Segundo o coordenador do projeto, Luiz Grande, esse computador “muitas vezes é o primeiro equipamento de informática a chegar ao município”.

Os equipamentos têm 50% do seu valor pago pelo governo federal, via Senado. Os outros 50% são custeados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Numa segunda fase do projeto, chamada Interlegis II – que deve durar cinco anos –, a intenção é que o projeto beneficie 700 das 5.564 câmaras municipais brasileiras. O programa já instalou em cerca de 4 mil câmaras de vereadores o chamado kit básico, formado por um microcomputador, uma impressora e um modem para acesso à internet. Na segunda fase, o kit deve chegar a todas as câmaras do país.

Crítérios

A rede implantada pelo Projeto Piloto de Modernização é formada por pelo menos dois servidores e seis estações de trabalho. A configuração pode mudar conforme o tamanho da câmara. Luiz Grande explicou que as cem primeiras Casas que receberam as redes foram escolhidas, entre outros critérios, por seu tamanho, infraestrutura e localização geográfica. Foram selecionadas pelo menos três câmaras em cada estado: assembleias pequenas, médias e grandes, com e sem infraestrutura de informática. A escolha levou em conta resultados do censo legislativo, produzido pelo Interlegis em todo o país.

Nas câmaras que fazem parte do projeto piloto, além dos equipamentos, são instalados sistemas criados pelos técnicos do Interlegis para auxiliar o apoio ao processo legislativo e à atividade parlamentar e administrativa. Os sistemas pretendem dar mais transparência, organização e agilidade à gestão.

Como parte do projeto piloto é criado um portal para cada uma das câmaras, o que permite a conexão com as outras casas legislativas e com os cidadãos em geral. Luiz Grande disse que são buscadas parcerias com as assembleias estaduais para auxiliar a implantação do Interlegis nas câmaras menores.